



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

CAPITALISMO DEPENDENTE, PATRIARCADO E RACISMO: os fundamentos da violência contra as mulheres no Brasil

RENATA GOMES DA COSTA ¹
LEONARDO NOGUEIRA ALVES ²

Resumo: No presente artigo, abordaremos três determinantes da violência contra as mulheres, a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, o racismo e o patriarcado, que estruturaram (e ainda estruturam), a formação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Consideramos que estes elementos, intimamente articulados, são fundamentais para a produção e reprodução da violência contra as mulheres.

Palavras- Chave: Capitalismo dependente. Patriarcado. Racismo. Violência.

Abstract: In this article, we will address three determinants of violence against women, the overexploitation of the workforce in dependent capitalism, racism and patriarchy, which structured (and still structure), the formation and development of the capitalist mode of production in Brazil. We consider that these elements, closely articulated, are fundamental for the production and reproduction of violence against women.

Keywords: Dependent capitalism. patriarchy. Racism. Violence.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Ouro Preto

1. Introdução

No Brasil, temos um processo de apropriação das mulheres que produz relações patriarcais fundamentadas no machismo, no racismo e na violência contra as mulheres. Esse processo de apropriação se estrutura por um sistema de dominação-exploração fundamentado, como analisou Safiotti (2004), em um novo entre capitalismo-racismo-patriarcado.

No que se refere à apropriação das mulheres, Cisne (2013) afirma que o legado da coisificação e naturalização sobre as mulheres advém da ideologia naturalista. As mulheres são tidas como sujeitos naturais, com um destino traçado a partir de suas características biológicas. A ideologia naturalista se baseia na “*sexagem*”. Conforme a autora, esse termo foi elaborado por Colette Guillaumin em 1978, como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão. Assim, por meio da *sexagem* as mulheres são resumidas ao sexo e apropriadas em sua vida, “[...] em outras palavras, a *sexagem* denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (CISNE, 2013, p. 146).

A apropriação, fruto da *sexagem*, pode ocorrer de duas maneiras, individual (privada) e coletiva. A primeira ocorre dentro da família por meio do casamento. E a segunda, anterior e mais profunda que a privada, dar-se-á por intermédio das igrejas, do Estado, das empresas, da sociedade de modo geral. Os espaços de obtenção das apropriações ocorrem via mercado de trabalho, confinamento no espaço, demonstração de força, coerção sexual,

arsenal jurídico e direito consuetudinário.

Conforme Cisne (2013, p. 148), o naturalismo se ancora e se fundamenta nesse processo de apropriação. Tal ideário fixa as regras sociais, as naturaliza, dificultando o entendimento de que “a desigualdade entre os sexos é determinada por interesses socialmente construídos”. Para a feminista marxista, a *sexagem* é um fundamento para a compreensão das relações sociais de sexo, ao possibilitar o entendimento da apropriação.

A autora ainda ressalta que nesse processo de apropriação não cabe uma contrapartida contratual para as mulheres, pois suas atividades são tidas como obrigações naturais e biológicas. A estudiosa afirma que, por sermos mulheres, diferenciamos-nos de outros trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois, por vezes, nem conseguimos vender nossa força de trabalho, por não sermos reconhecidas como trabalhadoras, realizando gratuitamente muitas tarefas pelo prisma da obrigação “feminina”.

A apropriação se expressa de diversas formas, englobando o fenômeno da exploração, e não se refere, como salienta Cisne (2013), apenas às mulheres esposas, mas as que são mães, irmãs, filhas, tias, avós, ou seja, ao sexo feminino de modo geral. Isso denota a apropriação dos seus corpos, de seus desejos, até mesmo os afetivos-sexuais³.

Neste artigo, objetivamos tratar dos três determinantes, superexploração da força de trabalho, racismo e patriarcado, que estruturam o capitalismo no Brasil e são os elementos fundamentais para a produção e reprodução da violência contra as mulheres.

2. Os fundamentos da violência contra as mulheres no Brasil: um debate sobre a estrutura e lógica do capitalismo dependente

O capitalismo ancorou-se nas diferenças existentes entre homens e mulheres e viu nesta uma possibilidade de produção de desigualdades. As desigualdades socialmente criadas possibilitaram, assim, “[...] a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos” (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Marx (2015, p. 260) ao debater sobre o salário nos Manuscritos Econômico-

³“As expressões particulares dessas relações de *sexagem* que provocam a apropriação do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os *membros válidos do sexo masculino*” (CISNE, 2013, p. 150).

Filosóficos afirma que “as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos homens”. Citando exemplo das fábricas norte-americanas, no ano de 1833, constata que as mulheres ganhavam bem menos e trabalhavam bem mais. Observemos que a força de trabalho feminina é quantitativamente mais explorada.

O processo de submissão e de dominação das mulheres facilitou, e ainda facilita, como afirma Saffioti (2013), a elevação do montante do trabalho excedente. De acordo com Toledo (2008), a exploração-dominação da mulher não surgiu com o capitalismo, esteve presente nas sociedades escravistas, contudo, é no capitalismo que a acirramos, ao combinarmos exploração, dupla jornada de trabalho, baixos salários, criando, assim, novas formas de opressão. Para Harvey (2011, p. 90):

[...] os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. [...] Nas fábricas do chamado mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizadas ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho [...] é um desejo de manter os privilégios.

O capitalismo desde seu nascedouro adota estratégias para a manutenção de sua lógica e garantia de sua reprodução. Utiliza de qualquer relação social de diferença e desigualdade para fins de sua produção e reprodução. Em cada fase conjuntural, o capitalismo busca mecanismos que facilitem a efetivação de seus objetivos. Seu objetivo inicial e final é a acumulação, por isso trata de criar uma lógica social que propicie sua efetivação. No interior dessa lógica, elenca os sujeitos que possam ser mais vilipendiados em suas condições de vida e trabalho. As mulheres, nas diferentes sociedades e modos de produção, foram consideradas inferiores. Com o chamado processo de modernização capitalista, na qual se inaugura elementos novos para a exploração da força de trabalho e produção de riquezas, a apropriação das mulheres foi o elemento central que alimentou, e ainda alimenta, a lógica capitalista de produção e reprodução.

Para compreendermos essas questões é necessário voltarmos ao debate em Marx sobre valor. Para assim, compreendermos a racionalidade do modo de produção capitalista. Marx (2012) ao destrinchar a produção de valor no capitalismo iniciou sua análise pela mercadoria como forma elementar de riqueza na sociedade capitalista, definindo-a como um objeto, ou seja, uma coisa que satisfaz necessidades humanas, seja como meio de

subsistência, objeto de consumo ou meio de produção. O autor adverte no primeiro prefácio que suas análises têm como pressuposto categorias econômicas e que as pessoas as representam,

Uma palavra para evitar possíveis equívocos. Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesse de classes. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 2012, p. 18).

Essa advertência de Marx é essencial ao entendimento sobre o sistema de dominação-exploração expresso no nó capitalismo-patriarcado-racismo. A posição de classe é fundamental e determinante para as relações sociais vivenciadas de forma individual e coletiva. Contudo, na realidade latino-americana as relações de sexo e étnicas/raciais são componentes dessas categorias econômicas simbolizadas pelos sujeitos.

O capital é uma relação social e produz relações sociais! Para Marx a mercadoria é uma unidade contraditória entre valor de uso e valor e supõe uma forma de divisão social do trabalho, bem como maneiras inéditas de exploração da força de trabalho. Antes de analisar a grandeza do valor, Marx se propôs a destrinchar a substância do valor, ou seja, concluiu que as mercadorias possuem trabalho humano indiferenciado e que o valor é a cristalização do trabalho humano, ou seja, este é a substância do valor.

Para Marx algo só possui valor por conter trabalho humano, assim o valor é mensurado pela quantidade de trabalho, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. O determinante da produção de valor é um tempo de trabalho requerido para produzir um valor de uso nas condições normais de produção.

Se o valor é medido pela quantidade de trabalho, se no capitalismo as mercadorias são produtos a serem trocados visando à acumulação de riqueza, se esta riqueza é apropriada pelos donos dos meios de produção, temos uma divisão de classe que explica a vida social, seu sistema político e as relações em sua totalidade. Se o trabalho humano é a substância do valor, de que seres humanos estamos falando? São trabalhadores? Porém, se forem mulheres, negras e/ou negros existem outras determinações nesse processo de produção de valor? Esse processo de trabalho é uniforme em todas as formações econômico-sociais do mundo capitalista? Existem particularidades?

Marx destrinchou passo a passo a produção de valor no capitalismo, partindo da

produção, para a circulação, troca, consumo e fazendo o caminho de volta⁴. O processo de valorização ocorre na produção, na qual o trabalho é despendido e consumido. Na circulação das mercadorias produzidas temos a realização do que explica a acumulação de riqueza no capitalismo, a mais-valia. A circulação simples de mercadorias começa com sua venda e termina com sua compra (M-D-M). A circulação do dinheiro como capital se inicia com a compra e termina com a venda, o objetivo é angariar mais dinheiro (D-M-D')⁵. A busca de mais dinheiro é explicada por Marx a partir da exploração da força de trabalho no processo de produção. O autor deixa claro que a formação da mais-valia não é explicada pela transação: vendedor vende acima do valor; o comprador compra abaixo do valor.

A mais-valia não se origina da situação do consumidor pagar a mercadoria acima do valor, pois não é um acréscimo nominal no preço e, além disso, devemos ter em mente que circulação e troca de mercadorias, para Marx, não criam nenhum valor.

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2012, p. 199).

Marx adverte que não é a natureza que produz de um lado possuidores de dinheiro e/ou mercadorias e de outro, possuidores da força de trabalho. Essa relação não é natural e não esteve presente em todos os períodos históricos, pois “[...] é o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social” (MARX, 2012, p.199).

É no modo de produção capitalista que temos essas possibilidades de relações de produção, circulação, troca e consumo. O possuidor da força de trabalho, o(a) trabalhador(a), vende esta mercadoria ao capitalista e no processo de produção de mercadoria seu tempo de trabalho é apropriado pelo capitalista que fica com uma parte excedente (mais-valia) que possibilita o seu lucro e acúmulo de mais dinheiro quando essas

4 Marx (2008) concebe esses diferentes momentos, produção, distribuição, troca e consumo em unidade, não como esferas independentes. Muito além do vaivém dos conceitos, como afirma o autor, é a percepção das relações reais que possibilita o tratamento desses momentos em unidade e relação. A produção é consumo, o consumo é produção, esta não produz apenas um objeto de consumo, mas o modo de consumo e os sujeitos consumidores, “[...] a produção não somente produz um objeto para os sujeitos, mas também um sujeito para o objeto” (p. 250). Já a distribuição também é produto da produção, “[...] a distribuição dos produtos é manifestamente um resultado dessa distribuição que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção” (p.255).

5 Nas operações mercantis capitalistas os valores de uso não são os objetivos imediatos, mas sim o dinheiro e o processo interminável de obter lucro.

mercadorias são circuladas, trocadas e consumidas.

A extração de mais-valia gera um processo de exploração da força de trabalho que empobrece o sujeito trabalhador em sua condição física e espiritual. De acordo com Marx (2012), a força de trabalho não reproduz apenas seu valor, mas cria o excedente, a mais-valia, que significa o valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumido. É necessário compreendermos os diferentes papéis desempenhados pelos elementos necessários à formação do valor, por exemplo, há uma diferença entre capital constante e capital variável, este é o responsável pelo adicional do valor, ou seja, a força de trabalho em movimento é que cria valor.

É necessário compreender os mecanismos de exploração da força de trabalho, as condições e relações de trabalho nos diferentes momentos conjunturais do capital, para adentrarmos nos meandros da produção de excedente que gera o acúmulo de riqueza ao capital. Se o valor de uma mercadoria é determinado, como afirma Marx (2012), pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção, devemos analisar quais os mecanismos utilizados para extrair e se apropriar de mais trabalho e gerar o processo de valorização e acumulação de capital.

O entendimento da divisão social, sexual e racial do trabalho nos possibilita traçar alguns desses mecanismos que explicitam o que iniciamos afirmando neste tópico, que as mulheres são as mais exploradas no modo de produção capitalista.

De acordo com Kergoat (2000, p.1),

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher).

Se um trabalho realizado por mulheres possui menos valor do que o dos homens, num processo de superexploração da força de trabalho, marcado pela violação do valor da força de trabalho, o valor da força de trabalho feminina é mais violado, produzindo hierarquias, desigualdades e um sistema de dominação que se apropria da totalidade da vida das mulheres.

Marx (2012;2014) já sinalizava alguns desses elementos ao tratar da exploração da classe trabalhadora, afirmando a situação submissa e desigual das mulheres. Contudo, ao tratarmos da classe trabalhadora, por vezes, "esquecemos" desse determinante que tanto

contribui para o processo de acumulação capitalista.

Essa diferenciação em termos de divisão sexual do trabalho, interfere no valor da força de trabalho das mulheres. Vejamos a diferenciação de sexo no que se refere à consideração do valor da força de trabalho

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade, justificando-se, nessas condições, considera-la magnitude constante. O que muda é o valor dessa quantidade. Há dois outros fatores que influem no valor da força de trabalho. Um, os custos de sua formação, que variam com o modo de produção; outro, a diversidade natural, a diferença entre as forças de trabalho dos homens e das mulheres, dos menores e dos adultos. O emprego dessas diversas formas de trabalho, determinado por sua vez pelo modo de produção, modifica bastante os custos de manutenção da família do trabalhador e o valor do trabalhador adulto masculino (MARX, 2014, p.599).

Perceba que o valor da força de trabalho é determinado pelas relações sociais de sexo/gênero. Se nos países latino-americanos esse valor é violado, esse processo de violação para as mulheres ocorre de maneira mais agudizada. Violam-se o valor da sua força de trabalho por serem mulheres!

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças (MARX, 2014, p. 747).

Essa “preferência” por mão de obra mais barata se justifica pela possibilidade de maior exploração e extração de mais-valia, motor do modo de produção capitalista. Isso ocorre porque o capital, afirma Saffioti (1987), direciona-se aos ramos mais rentáveis da economia, visando maiores lucros. Setores e ramos considerados menos lucrativos, como o setor do emprego doméstico, são destinados às mulheres, ou seja, uma expressão da divisão sexual do trabalho na realidade latino-americana.

As mulheres trabalhadoras continuam na sociedade atual convivendo com baixos salários, sem cobertura da legislação trabalhista e são as maiores atingidas pelos trabalhos clandestino e/ou a domicílio.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de

modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p.66).

A divisão sexual do trabalho expressa esse elemento. Por isso mais do que uma categoria teórica, ao ser analisada a luz das relações de dependência, nos possibilita entender e analisar como o processo de violação do valor da força de trabalho atinge as mulheres na América Latina e aprofunda o nóvelo entre capitalismo(**dependente**)- racismo-patriarcado. Fernandes (2017) afirma que toda força de trabalho é uma mercadoria, mas quando consideramos a composição multirracial, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. Quando consideramos as relações étnico/raciais e de gênero percebemos que as mulheres, em especial as negras, são as mercadorias mais baratas e exploradas do sistema capitalista. E em um contexto de dependência servem como sujeitos que mais sustentam as relações de dependência.

As mulheres além de serem as mais exploradas no âmbito da produção de valor, são as responsáveis pelo processo de reprodução da força de trabalho ao desenvolver papéis de cuidado com outros/as trabalhadores/as no interior das famílias. O trabalho doméstico explicita quem são as mais responsáveis pelo processo de reprodução.

De acordo com Davis (2016, p.225),

Os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como 'tarefas domésticas'-cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc. -, ao que tudo indica, consomem, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa. Por mais impressionante que essa estatística seja, ela não é sequer uma estimativa da atenção constante e impossível de ser quantificada que as mães precisam dar às suas crianças. Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis.

No capitalismo, afirma Davis (2016), o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir diminui o prestígio social das mulheres. Na ideologia burguesa, as mulheres são servas de seus maridos. Quando consideramos a dimensão do racismo nessa análise temos outros agravantes. As mulheres brancas ricas e/ou da classe média, por vezes, contam com empregadas domésticas para auxiliar na administração da casa. Essas mulheres, em sua grande maioria, são negras que historicamente carregam o fardo da dupla função de trabalhar para sobreviver e de mães, esposas e donas de casa para servirem seus maridos e filhos. A dupla jornada de trabalho, conhecida, posteriormente pelas mulheres brancas da classe média, foi, e ainda é, uma constância na realidade das mulheres negras. A reflexão sobre trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho deve levar em consideração os

determinantes impostos pelas relações étnico-raciais e patriarcais. Estas são os elementos estruturantes da nossa formação econômico-social que justificam, naturalizam e estabelecem uma realidade de superexploração, racista e patriarcal para as mulheres. Se temos uma formação econômico-social ancorada em relações coloniais, aristocráticas, nas quais a figura do homem branco colonizador dominou nossa região, o nó defendido por Saffioti (1987;2015), torna-se uma face da dependência.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação que se modela pela ideologia machista. É, mais do que isso, um sistema de exploração, pois se situa no terreno político, ideológico e econômico. O conceito de patriarcado diz respeito a uma estrutura de poder fincada em uma base material, que se expressa ideologicamente em todo tecido social.

De acordo com Delphy (2009), o patriarcado designa uma formação social na qual os homens detêm o poder. A etimologia dessa palavra advinda do grego, define que *pater* seria pai e *akhe* origem e comando, em termos literais seria a autoridade do pai. Isso não significa que as relações patriarcais se limitem a esfera da casa, da família ou das relações biológicas.

De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado é uma engrenagem que pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. É uma forma de apropriação das mulheres que são tidas como objetos sexuais dos homens, reprodutoras de herdeiros, cuidadoras, força de trabalho barata. Os privilégios masculinos não são uma questão meramente individual, são frutos desse esquema de dominação-exploração mais amplo, servindo como elemento de interesse das classes dominantes que lucram e acumulam com tal esquema que continua violentando as mulheres.

A exploração da força de trabalho das mulheres ocorre via processo de apropriação, por isso ocorre também o controle do corpo e da sexualidade. O esquema patriarcal não surge com o capitalismo, esteve presente em outros momentos históricos, mas este se apropria da já existente desvantagem feminina por ser lucrativo e perpetuar um sistema de poder e domínio que mantém o homem, branco, heterossexual e cristão no controle da sociedade.

[...] quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas [...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração [...] não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (SAFFIOTI, 2015, p.138-139).

Com o capitalismo temos a fusão entre patriarcado-racismo-capitalismo! Saffioti (2013),

afirma que as desvantagens sociais das mulheres possibilitaram o modo de produção capitalista arrancar o máximo de mais-valia por meio da intensificação do trabalho, extensão da jornada de trabalho e salários mais baixos que os masculinos.

No capitalismo dependente, que conjuga esses três elementos no processo de exploração da força de trabalho, o patriarcado se torna um dos combustíveis para a superexploração da força de trabalho das mulheres. Na América Latina, esse contexto se atrela ao racismo que se apresenta, junto com o patriarcado, como elemento estruturante do capitalismo dependente.

Em relação ao racismo, é necessário retomarmos alguns elementos das formações econômico-sociais para entender esse fenômeno. A América Latina realiza revoluções burguesas que não inseriram os(as) indígenas e a população negra. Como afirma Ianni (1966) os significados das tensões “raciais” na América Latina são determinados pelo sistema capitalista em desenvolvimento.

Antes de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a “questão racial” é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expansão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional. Esta é a sua natureza fundamental, que dá sentido às suas expressões sociais, culturais, demográficas, políticas, as quais, quando são vistas isoladamente, pouco elucidamos problema. Tanto nos países de emigração como naqueles em que os imigrantes ou seus descendentes se encontram em absorção, a questão tem em sua base esse componente estrutural determinante [...] são certas transformações em curso nos setores primário, secundário e terciário da economia dos países em industrialização que estão na base do “problema racial”, na medida em que a desagregação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial que está reintegrando e diferenciando a estrutura global (IANNI, 1966, p.44).

A escravidão, para Fernandes (2017), foi um fator da acumulação interna de capital, o trabalho escravo gerou excedente econômico e sustentou uma classe dominante por longos anos. No caso do Brasil, por exemplo, foi alicerce fundamental da primeira expansão do capital comercial. Adoção do trabalho livre na sociedade brasileira deu-se pela imigração que colocou à disposição outro perfil de mão de obra. O substituto do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco, livre e estrangeiro, um processo que expressa a exploração e dominação sobre a população negra que tem suas raízes na colônia e torna-se eixo fundante da superexploração da força de trabalho.

A população negra se depara com condições de trabalho tão duras como as anteriores, obviamente que os processos de exploração e alienação no capitalismo resguardam suas devidas particularidades conjunturais, por exemplo, as formas de violência, as condições de vida e trabalho são diferentes do período escravista, contudo

esses sujeitos ainda são sustentáculos do processo de acumulação de riqueza.

Como já sinalizamos Fernandes (2017) afirma que todo(a) trabalhador(a) possui as mesmas exigências diante do capital, contudo se tratando da dimensão ético-racial, aqui também incluímos as relações patriarcais de gênero, temos alguns acréscimos. Toda força de trabalho é uma mercadoria, mas quando consideramos a composição multirracial e de gênero, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. As mulheres, em especial as negras, por exemplo, são as mercadorias mais baratas e exploradas no capitalismo dependente.

As mulheres negras se deparam com um processo de apropriação que as insere num contexto de violência em vários níveis, seja no trabalho, nas relações afetivas, familiares, com outras mulheres, na sociedade de forma geral. Ao refletirmos sobre a situação das mulheres no período da escravidão, nos depararemos com a violência sexual que perpassa a história e vidas das mulheres negras até os dias atuais.

Davis (2016) se dedicou a pesquisar sobre a realidade das mulheres negras norte-americanas, contudo, muitos dos aspectos gerais que aborda em seu livro nos possibilitam extrair elementos que contribuem com a reflexão sobre o racismo na América Latina. De acordo com a estudiosa,

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovida de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19).

As mulheres submetidas à escravidão, tanto nos Estados Unidos como na América Latina, eram além de açoitadas e mutiladas, estupradas, o que na essência significava “[...] uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p.20).

Na América Latina, as mulheres negras tiveram sua história perpassada pela violação dos seus corpos, tidos como propriedade e objetificados para satisfazer os desejos violentos dos senhores e, mais tarde, com o capitalismo, dos homens e da sociedade de forma geral.

Esse acesso ilimitado aos corpos e a força de trabalho das mulheres negras na época da escravidão, construiu os elementos basilares de uma sociedade racista que de forma particular no capitalismo dependente, continua apropriando e, conseqüentemente,

violentando as mulheres negras. Vale ressaltar, que mesmo diante de toda exploração sexual e de trabalho, a história das mulheres negras é marcada por resistência e jamais, como nos atenta Davis (2016), podemos entendê-las como sujeitos passivos e subjugados ou inertes a qualquer forma de resistência.

No que concerne à esfera do trabalho, verificamos que a situação das mulheres negras difere das mulheres brancas. Para Davis (2016), o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras reproduz o padrão estabelecido nos anos de escravidão. As negras ao serem inseridas no trabalho compulsório, não gozaram da vinculação ao espaço privado como as mulheres brancas. A ideologia do que seria feminino presente no século XIX, por exemplo, reforça o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis e cuidadosas com seus maridos e familiares, contudo esse arsenal ideológico não incluía as mulheres negras, que se tornaram, com o capitalismo, as empregadas domésticas, as trabalhadoras informais e as mais mal remuneradas no mercado de trabalho.

Se no capitalismo dependente viola-se o valor da força de trabalho das mulheres de forma geral, no caso das mulheres negras as insere num processo de apropriação que conjugado com o racismo as faz vivenciar condições de vida e trabalho mais bárbaras e cruéis. Se nós mulheres além de superexploradas carregamos o peso da responsabilidade da reprodução social e se esta, em sua grande maioria, ocorre via trabalho doméstico, o processo de apropriação das mulheres possui determinantes que, em última instância, deságuam nas expressões da violência.

Obviamente, não estamos desconsiderando a totalidade da violência e todas as mulheres que são impactadas por esse fenômeno. Nosso objetivo, é buscar os fundamentos das questões que envolvem a violência contra as mulheres no contexto do capitalismo dependente e contribuir com a construção de mediações para entendermos nossas particularidades, as relações que nos estruturam e, assim, construirmos estratégias e bandeiras de luta, resistências e enfrentamentos.

3. Considerações Finais

A violência contra a mulher é determinada por aspectos sociais e culturais que definem e legitimam lugares, direitos, deveres e papéis diferenciados para mulheres e homens. Essa lógica se expressa nos dados sobre a violência no Brasil e na América Latina. De acordo com uma matéria publicada pela revista Exame (2017), a partir de dados colhidos

no Fórum Brasileiro de Segurança, no ano de 2017 a cada hora, 503 mulheres brasileiras eram vítimas de violência. 12 milhões de mulheres sofreram violência verbal e 1,4 milhões espancamento ou tentativa de estrangulamento.

O Estadão divulgou, em sete de outubro de 2017, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública que atestou que, em 2015, o Brasil registrou um estupro a cada 11 minutos. Em novembro do mesmo ano, o jornal correio do povo noticiou os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicados no relatório “Do Compromisso à Ação: Políticas para Erradicar a Violência contra as Mulheres na América Latina e no Caribe”, de 2017, que atesta a América Latina como a região mais violenta do mundo para as mulheres, apresentando junto com o Caribe as maiores taxas de violência sexual. Duas em cada três mulheres, afirma o referido relatório, são assassinadas por serem mulheres. O feminicídio é a expressão da violência que mais assola as mulheres na América Latina. 35% das mulheres na região já foram vítimas de algum tipo de violência. A violência sexual perpetrada pelo parceiro ou pessoa próxima, foi a mais comum nas estatísticas.

A violência contra as mulheres, lógica geral que rege a apropriação das mulheres, no Brasil é fundamentada a partir do nó capitalismo (**dependente**)-patriarcado-racismo. Ressaltamos que estamos considerando as particularidades e níveis de determinação de cada uma dessas três categorias. Nossa afirmação não prescinde dos graus de determinações diferentes entre elas, e, sim, compreende que a superexploração na América Latina se estrutura por relações patriarcais e racistas e produz um modo de produção capitalista dependente que tem nas mulheres, no contexto da divisão sexual do trabalho, os sujeitos mais explorados. Esses elementos se expressam nas diversas dimensões da sociedade e da vida dos sujeitos e produz relações patriarcais de gênero que invadem a totalidade da vida social das mulheres e as inserem em situações bárbaras de vida e trabalho.

Referências Bibliográficas

CISNE, M. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIEESE. **Reforma Trabalhista: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical.** 2017. In: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.pdf>. Acesso em: 10/06/2017

DOSSIÊ MULHER. Orlinda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras. – 13. versão. – Rio de Janeiro: RioSegurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018.

ESTADÃO. **Em números: a violência contra a mulher brasileira.** Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contr-a-mulher-brasileira/>> Acesso em: 2 de fev de 2018.

EXAME. **Os números da violência contra mulheres no Brasil.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contr-a-mulheres-no-brasil/>> Acesso em: 07 de jan de 2018.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KERGOAT, D. **Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: Dictionnaire critique du féminisme. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Cadernos de Paris: Manuscritos econômicos-filosófico.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOLEDO, C. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide.** 2. Ed. São Paulo: Sundemann, 2008.